

Eleições Legislativas em Angola

Patrícia Magalhães Ferreira . IEEI

As eleições legislativas em Angola poderão traduzir-se na consagração do MPLA como legítimo detentor do poder no país, capitalizando os dividendos da paz e o esforço de reconstrução do país, largamente impulsionado pela manutenção dos altos preços dos produtos petrolíferos nos mercados mundiais e pelo crescente investimento externo.

Apesar do espectro das eleições falhadas de 1992 estar ainda presente na memória de muitos angolanos, a grande maioria não acredita que seja possível o regresso à violência, uma vez que, para além da paz ter sido uma conquista muito desejada pela população, o conflito terminou, na prática, com a vitória de uma das partes beligerantes. Desde a morte de Jonas Savimbi e a subsequente assinatura do acordo de paz, em Abril de 2002, o país tem registado uma série de mudanças económicas e sociais.

O processo pós-conflito foi, na sua maioria, conduzido pelo Estado, sem grandes interferências da comunidade internacional, o que é mencionado pelo partido governante como um resultado muito positivo. Com uma das mais altas taxas de crescimento económico do mundo, Angola produz já cerca de 1.5 milhões de barris de petróleo/dia e tornou-se este ano o membro mais recente da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Desde 2002, o governo afirma ter reconstruído mais de 2.400 kms de estradas e mais de 430 kms de novos caminhos-de-ferro, para além da construção de aeroportos nos principais centros urbanos, barragens, infra-estruturas de educação e de saúde.

Em termos económicos, o quadro geral é positivo, mas muito mais complexo e diversificado do que revela a imparcialidade dos números. Angola enfrenta várias transições em simultâneo: de uma situação de «ausência de guerra» para a consolidação efectiva da paz em várias vertentes, da devastação económica resultante do conflito para a reconstrução e projecção do seu desenvolvimento, de um sistema patrimonialista de elite-Estado para um maior reforço das instituições e cultura democráticas. Isto implica uma coexistência de forças contraditórias que se manifestam na sociedade das mais variadas formas.

Por exemplo, o crescimento económico não se traduz ainda numa melhoria significativa das condições de vida da maioria da população, verificando-se altos níveis de pobreza, de desigualdade social e uma grande disparidade urbano-rural, bem como indicadores sociais que estão, em muitos casos, abaixo da média da África Subsaariana.

A fragilidade de diversas instituições e a falta de recursos humanos constituem constrangimentos importantes aos esforços de reconstrução, limitando os benefícios sociais dos mesmos. Para além disso, o défice de cultura democrática traduz-se nas interligações entre Partido, Governo e Estado, verificando-se uma captura do sistema político por parte de elites internas, que beneficiam de alianças externas e dos vastos recursos naturais para a acumulação de riqueza.

Ao nível internacional, o preço do petróleo e a diversificação dos parceiros externos (com a entrada da em 2004), a implementação de várias medidas para aumento da transparência das receitas petrolíferas, a assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (em 2003), a presidência do Órgão da Política, Defesa e Segurança na SADC e a eleição para um mandato de 3 anos no Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos (em 2007).

Se é verdade que a paz trouxe esperança e optimismo à generalidade dos angolanos, os estudos efectuados demonstram que persiste a desconfiança em relação à classe política, que os dois principais partidos e os membros da Assembleia Nacional têm uma fraca imagem junto das populações e que as expectativas dos cidadãos relativamente à democracia e à transparência estão longe de ser cumpridas. Os relatórios de organizações como a Amnistia Internacional ou a Human Rights Watch revelam a persistência de violações dos direitos humanos: por exemplo, o facto de milhares de angolanos terem sido forçados a deixar as suas casas devido a projectos de desenvolvimento, ou o relato de violações dos direitos da oposição e de várias organizações da sociedade civil durante o primeiro semestre de 2008.

Apesar da sua fragilidade, a sociedade civil angolana tem tido uma participação muito activa na educação cívica e na observação do processo de registo eleitoral – que contabiliza a regularização de cerca de 8 milhões de eleitores. Concorrem a estas eleições dez partidos e quatro coligações, representando 5.198 candidatos aos 220 lugares da Assembleia Nacional. Antes das eleições presidenciais, previstas para 2009, e das municipais, em 2010, este escrutínio irá revelar quais os resultados práticos da solidez financeira e institucional do MPLA e determinar qual a relevância da UNITA no contexto angolano, após a derrota militar e seis anos de paz.